



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC n. [REDACTED]

UNIDADE: Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU

SECRETARIA: Secretaria dos Transportes Metropolitanos

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 125/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo – EMTU, número SIC em epígrafe, solicitando cópia do Processo ou Relatório de Fiscalização realizada em 29/01/2016.
2. A empresa respondeu que os documentos estariam à disposição para vistas e extração de cópia junto à Gerência Regional de Campinas. Em instância recursal de sua competência, manteve o posicionamento. Irresignado, interpôs o presente recurso de segunda instância, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em síntese, cinge-se a controvérsia à necessidade ou não de disponibilização das informações por e-mail. De um lado, a Companhia afirma que a consulta aos documentos deverá ser realizada presencialmente, mediante agendamento, ao passo que o interessado insiste no recebimento dos mesmos por mensagem eletrônica.
4. O §5º do artigo 11 da Lei nº 12.527/2011 determina que “a informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente”. Ao mesmo tempo, o §1º, inciso I, prevê a possibilidade de indicação de local e horário para consulta presencial do documento.
5. A interpretação sistemática desses dispositivos, iluminada pelos princípios da eficiência e publicidade, conduz à conclusão de que o fornecimento em formato digital deve ocorrer sempre que possível, relegando-se a consulta presencial a uma função subsidiária.
6. No caso concreto, a Empresa não esclareceu se possui a informação em formato digital ou não, mas fundamentou a exigência de consulta presencial no fato de que os documentos requeridos são “técnicos internos, que deve ser analisado por especialista da área”. Assim, não haveria “autorização para publicação dos mesmos”. Forçoso reconhecer que a justificativa apresentada revela-se insustentável. Com efeito, tratando-se de documento público – e não se invocou até o presente momento qualquer sigilo legalmente previsto – não é possível




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

estabelecer distinções discricionárias entre o acesso presencial e eletrônico. Como a própria companhia consignou, o interessado poderia, em sua consulta presencial, fazer registro fotográfico dos documentos.

7. Nesse contexto, conclui-se que o ente público demandado não se desincumbiu adequadamente de seu dever informacional, por ter deixado de apontar os motivos, legalmente respaldados, que impediriam o fornecimento imediato, exigindo consulta presencial. Imprescindível, portanto, o adequado cumprimento dos procedimentos previstos na Lei, disponibilizando os documentos em formato eletrônico, caso estejam assim armazenados, ou indicando os motivos que exigem o comparecimento do cidadão ao local indicado.
8. Diante do exposto, **conheço do recurso e dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 20, inciso IV, do Decreto nº 58.052/2012. Verificada, assim, a procedência das razões recursais, deve a EMTU, nos termos do § 2º do artigo 20 do aludido Decreto, adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei nº 12.527/2011, conforme esta decisão.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 19 de abril de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO